



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA

PREÂMBULO

Em nome de Deus e de nosso povo, nós Vereadores Constituintes, ao exercer o mandato que nos foi conferido pela vontade popular, ao visar solidificar os direitos dos venezianos e definir o papel dos Poderes Legislativo e Executivo, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e humana, aprovamos e promulgamos a presente Lei Orgânica do Município de Nova Veneza.

INDICE

TÍTULO I -Da Organização Geral do Município.	
CAPÍTULO I - Da Organização Político-Administrativa.	
SEÇÃO I - Dos Princípios fundamentais (arts. 1 ° a 5°).	
SEÇÃO II -São bens do Município (art. 6°).	
CAPÍTULO II -Da Competência do Município.	
SEÇÃO I - Da Competência Privativa (arts. 7° ao 9°).	
SEÇÃO II -Da Competência (art. 10).	
SEÇÃO III -Da Competência Suplementar (art. 11).	
CAPÍTULO III -Das Vedações (art. 12).	
TÍTULO II -Da Organizaçãodos Poderes.	
CAPÍTULO I -Do Poder legislativo.	
SEÇÃO I -Da Câmara Municipal (arts. 13 a20).	
SEÇÃO II -Do Funcionamento da Câmara (arts. 21 ao 31).	
SEÇÃO III - DasAtribuições da Câmara Mucipal (arts. 32 ao 35).	
SEÇÃO IV - Dos Vereadores (arts. 36 ao 40).	
SEÇÃO V - Do Processo legislativo (arts. 41 ao 51).	
SEÇÃO VI - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts. 52 ao 54).	
CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO.	
SEÇÃO I -Do Prefeito e do Vice-Prefeito (arts. 55 ao 63).	
SEÇÃO II - DasAtribuições do Prefeito (arts. 64 ao 66).	
SEÇÃO III - Da Perda e Extinção do Mandato (arts. 67 ao 71).	
SEÇÃO IV - Dos Auxiliares Diretos do Prefeito (arts. 72 ao 77).	
SEÇÃO V - DaAdministração Pública (arts. 78 a 79).	
SEÇÃO VI- Dos Servidores Públicos (arts. 80 a 82).	
SEÇÃO VII- Da Segurança Pública (arts. 83).	
TÍTULO III -Da Organização Administrativa Municipal.	
CAPÍTULO I -Da EstruturaAdministrativa (arts. 84).	
CAPÍTULO II -Dos Atos Municipais.	
SEÇÃO I -Da Publicidade dos Atos Municipais (arts. 85 e 86).	
SEÇÃO II -Dos Livros (arts. 87).	
SEÇÃO III - DosAtosAdministrativos (arts. 88).	
SEÇÃO IV - Das Proibições (arts. 89 a 90).	
SEÇÃO V-Das Certidões (arts. 91).	
CAPÍTULO III -Dos Benas Municipais (arts. 92 ao 102).	
CAPÍTULO IV - Das Obras e Serviços Municipais (arts. 102 ao 106).	
CAPÍTULO V - DaAdministração Trbutária e Financeira.	
SEÇÃO I -Dos Tributos Municipais (arts. 107 ao 112).	
SEÇÃO II -Da Receita e da Despesa (arts. 113 ao 120).	
SEÇÃOIII-DoOrçamento(arts.121 a0133).	
TÍTULO IV - Da Ordedm Econômica e Social.	
CAPÍTULO I -Disposições Gerais (arts. 134 ao 140).	
CAPÍTULO II -Da Previdência eAssistência (arts. 141 ao 142).	
CAPÍTULO III -Da Saúde (arts. 143 ao 145).	
CAPÍTULO IV - Da Família, da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 146 ao 157).	
CAPÍTULO V - Da Política Urbana (arts. 150 ao 162).	
CAPÍTULO VI- Do MeioAmbiente (arts. 163).	
TÍTULO V - Disposições Gerais e Transitórias (arts. 1 ° ao 8°).	

TÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
CAPÍTULO I
SEÇÃO I – DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

ART. 1º - O Município de NOVA VENEZA, é uma unidade do território do Estado de Goiás e integrante da organização políticoadministrativa da República Federativa do Brasil. É dotado de autonomia política, administrativa e financeira e reger-se-á pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias e aprovação por dois terços do Plenário da Câmara Municipal no prazo de dez dias, não lhe cabendo veto.

Art. 2º - São símbolos do Município a bandeira e o hino, que representam a sua cultura e a sua história.

Art. 3º - O dia 14 de novembro é data magna municipal.

Art. 4º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

§ 1º - Ressalvadas as exceções previstas nesta lei, é vedado, a qualquer dos Poderes, delegar atribuições a quem for investido na função e um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 5º - A sede do Município da-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

SEÇÃO II

Art. 6º - São bens do Município:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - direitos a ações e as coisas móveis e imóveis situadas no seu território e que não pertencerem à União ao Estado e aos particulares.

III - o produto da arrecadação dos tributos mencionadas no arts.108;

§ único - É assegurado ao Município, nos termos da lei, a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de outros recursos minerais ou de eventual zona econômica exclusiva no seu território, ou compensação financeira por essa exploração.

CAPÍTULO II- DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO
SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 7º - Cabe privativamente ao Município, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - elaborar orçamento anual e plurianual de investimento;

IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixadas em lei;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo que terá caráter essencial e conceder licença a exploração de taxis e fixar os pontos de estacionamento;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programa de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal, estadual e municipal;
- X - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- XI- atuar prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar;
- XII- recensear os educandos no ensino, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis pela frequência à escola;
- XIII - aplicar, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República e na Constituição do Estado;
- XIV - abrir, arborizar, conservar, melhorar e pavimentar as vias públicas;
- XV - denominar, emplacar e numerar os logradouros e as edificações neles existentes;
- XVI - sinalizar as vias urbanas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
- XVII - estabelecer normas de edificação de arruamento e de zoneamento urbano rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes a ordenação do seu território, observada a lei Federal, Estadual e Municipal ;
- XVIII- autorizar e fiscalizar as edificações, bem como as obras de conservação, modificação ou demolição que nelas devam ser efetuadas;
- XIX - responder pela limpeza dos logradouros e pela remoção do lixo domiciliar e hospitalar e promover o seu adequado tratamento;
- § único - Colocar o lixo em lugar apropriado abedecendo uma distancia mínima de 1000 m. do perímetro urbano;
- XX - conceder licença ou autorização para abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares, bem como fixar condições e horários para aquele funcionamento, respeitada a legislação do trabalho;
- XXI - conceder alvará de licença Municipal para o exercício de atividade profissional liberal;
- XXII - exercer inspeção sobre os estabelecimentos comerciais, industriais e similares, para neles impedir ou suspender os atos ou fatos que importem em prejuízo da saúde, higiene, moralidade, segurança, tranquilidade e meio ambiente;
- XXIII- autorizar a fixação de cartazes e anúncios e a utilização de quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda visual;
- XXIV - demarcar e sinalizar as zonas de silêncio, do trânsito e tráfico em condições especiais;
- XXV -disciplinaros serviços de carga e descarga e a tonelagem máxima permitida aos veículos que devam executá-los;
- XXVI - adquirir bens para a constituição do patrimônio municipal, inclusive através de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, bem como administrá-los e aliená-los, mediante licitação;
- XXVII - criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos;
- XXVIII - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, administrando aqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a associação e de exploração de terceiros;
- XXIX - instituir regime jurídico do pessoal;
- XXX - prestar assistência nas emergências médico-hospitalar de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;
- XXXI - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;
- XXXII - aplicar penalidade, por inflação de suas leis e regulamentos;

XXXIII- elaborar Plano Local de Desenvolvimento Integrado;

XXXIV - colocar as contas do Município, durante sessenta dias, anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;

XXXV - regular o tráfego e o trânsito nas vias públicas municipais, atendidas as necessidades de locomoção das pessoas portadoras de deficiência física;

XXXVI - dispor sobre a concessão, permissão e autorização de uso dos bens públicos municipais;

XXXVII- coibir práticas que ameacem os mananciais, a flora e a fauna, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade;

a) - não cair as árvores.

XXXVIII - disciplinar a localização de substância potencialmente perigosa nas áreas urbanas e nas proximidades de culturas agrícolas e mananciais;

XXXIX - exercer o poder de polícia administrativa nas matérias acima enumeradas, inclusive quanto funcionalidade e estética urbanas, dispondo sobre as penalidades por infração às referidas normas;

XL - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situação, estabelecendo os prazos de atendimento;

§ 1º - As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso VII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalização públicas, de esgoto e de água pluviais nos fundos dos vales;

c) passagem de canalização públicas de esgotos de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

§ 2º - A Guarda Municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens serviços e instalação municipal.

XLI - aplicar penalidade, por infração de suas leis e regulamentos.

XLII - regulamentar, autorizar e fiscalizar todos os meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.

XLIII- dispor sobre depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XLIV - dispor sobre o registro, vacinação e captura de animais para erradicação da raiva e outras moléstias que possam ser portadoras ou transmissoras.

XLV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestacionais e outros de qualquer natureza observadas as normas Federais e Estaduais pertinentes.

XLVI - aplicar penalidades, por infração de suas leis e regulamentos.

XLVII- prover de instalações adequadas a Câmara Municipal. Art. 8º - O Município poderá celebrar convenios com outros, com o Estado e a União para realização de obras, atividades e serviços de interesse comum e contrair empréstimos interno e externo e fazer operações visando ao seu desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, cultural e artístico.

§ único - O Município pode, ainda, através de consórcios aprovados por lei municipal, criar autarquias ou entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços de interesse comum.

Art. 9º - O Município criará sistema de previdência social para os seus servidores ou poderá vincular-se, através de convênio, ao sistema previdenciário do Estado.

SEÇÃO - II DACOMPETÊNCIA COMUM

Art. 10 - É competência comum do Município com a União e o Estado:

I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e o lazer;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;

VII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VIII - promover programa de construção de moradia e da melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

a) educação sobre o trânsito no currículo escolar;

b) instalação de quebra molas, nas esquinas de cada estabelecimento.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

A rt. II -Ao Município compete complementar a legislação federal e a estadual e Municipal no que couber e naquilo que disser ao seu peculiar interesse.

Parágrafo único -Acompetência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federal, estadual e municipal no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando adaptá-las à realidade local.

CAPÍTULO III - DAS VEDAÇÕES

Art.12 -Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los embaraça-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

II – recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinção ou preferência entre brasileiros;

IV - usar, ou consentir que se use, qualquer dos bens ou serviços municipais ou pertencentes à administração direta, indireta ou fundacional sobre seu controle, para fins estranhos à administração;

V - doar bens imóveis de seu patrimônio, ou constituir sobre eles ônus real, ou conceder isenções fiscais ou remissões de dívidas fora dos casos de manifesto interesse público, com expressa autorização da Câmara Municipal, sob pena de nulidade do ato.

VI - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falantes ou qualquer outro meio de comunicação propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

VII- manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a

publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VIII - outorgar isenções a anistia fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

IX - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

X - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

XI - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de quaisquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

XII - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que houver instituído o aumento:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou:

XIII- utilizar tributos com efeito de confisco:

XIV - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XV - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviço da União, do Estado e de outros Municípios:

b) templos de qualquer culto:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas funções, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições e educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei Federal;

d) livres, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

§ 1º - A vedação de inciso XV "a", é extensiva" as autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, à renda, e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

§ 2º -A vedação do inciso XV, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos servidores relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel;

§ 3º - As vedações expressas no inciso XV alíneas "!" e "C", com prendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;

§ 4º - As vedações expressas nos incisos VII a XII seção regulamentadas em lei complementar federal.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I - DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13 - O Poder legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, a iniciar-se a 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, compreendendo cada uma sessão legislativa.

Art. 14 - A Câmara Municipal é composta de vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o mandato de

Vereador, na forma da Lei Federal.

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de dezoito anos;
- VII - ser alfabetizado.

§ 2º - O número de vereadores, guardada a proporcionalidade com a população do município, será de no mínimo nove e, no máximo cinquenta e cinco, nas proporções fixadas na Constituição do Estado.

§ 3º - a fixação do número de vereadores terá por base o número de habitantes no município, obtido por recenseamento ou estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao dia da eleição municipal e será estabelecido até cento e oitenta dias antes desta.

Art. 15 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

- I - Pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II - Pelo Presidente da Câmara, para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- III - Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

§ 4º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 16 - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 17 - A sessão Legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 18 - As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local designado pelo Juiz de Direito da Comarca no ato de verificação da ocorrência.

§ 2º - As Sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 19 - As sessões públicas, salvo deliberação em contrário, de dois terços (2/3) dos vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 20 - As Sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo um terço dos membros da Câmara.

Parágrafo único - Considerar-se á presente à sessão Vereador que assinar o livro de presença até o início de Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO II - DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 21 -Acâmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

§ 2º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais dentre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º - Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 5º - Poderá a Câmara, quanto à duração do mandato da sua mesa diretora, optar por um ou dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 22 - A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do VicePresidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na constituição da Mesa é assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais votado dentre os presentes assumirá a Presidência.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 23 -ACâmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º - As comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço (1/3) dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar os secretários municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º - Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 4º - As comissões parlamentares de inquérito que terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da casa, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de um terço (1/3) dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 24 - A maioria, das Representações partidárias com número de membros superior a um décimo (1/10) da composição da casa, e os blocos parlamentares terão Líder e vice-Líder.

§ 1º - A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, blocos parlamentares ou partidos políticos à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º - Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 25 - Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas missões da Câmara.

Parágrafo único: ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 26 - À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e especialmente sobre;

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III -- eleição da Mesa composição e suas atribuições;

IV - número de reuniões mensais;

V - comissões;

VI- sessões;

VII-deliberações;

VIII- todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 27 - Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretários Municipais para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo único - A falta de comparecimento do Secretário Municipal, sem justificativa razoável, será considerado descaso à Câmara e se o Secretário for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal e consequente cassação do mandato.

Art. 28 - O Secretário Municipal, a seu pedido, poderá comparecer perante o plenário ou qualquer comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 29 - A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedido escrito de informação aos Secretários Municipais, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 30 - À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

- II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III - apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;
- V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;
- VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 31 - Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

- I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;
- II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos;
- V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário, desde que não aceite esta decisão em tempo hábil, pelo prefeito;
- VI - fazer publicar os atos da mesa, as resoluções decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VII- autorizar as despesas da câmara;
- VIII - representar por decisão da câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
- IX - solicitar por decisão da maioria absoluta da câmara a intervenção no Município, nos casos admitidos pela constituição Federal e pela Constituição Estadual;
- X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;
- XI - encaminhar, para parecer prévio a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas dos Municípios ou órgão a que for atribuída tal competência.

SEÇÃO III –DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARAMUNICIPAL

Art. 32 - A Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, cabe legislar a respeito de todas as matérias da competência municipal e especialmente, sobre:

- I - tributos municipais, seu lançamento e arrecadação e normatização da receita não tributaria;
- II - empréstimos e operações e (operações) de crédito;
- III - lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual de investimentos e orçamentos anuais;
- IV - abertura de créditos suplementares e especiais;
- V - subvenções ou auxílios a serem concedidos pelo Município e qualquer outra forma de transferência, sendo obrigatória a prestação de contas nos termos da Constituição Federal;
- VI - criação dos órgãos permanentes necessários à execução dos serviços públicos locais, inclusive autarquias e fundações e constituições de empresas públicas e sociedades de economia mista;
- VII- regime jurídico dos servidores públicos municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, estabilidade e aposentadoria e fixação e alteração de remuneração;
- VIII - se algum vereador vier a falecer em exercício a esposa passará a ter direito a pensão na proporção da remuneração do vereador;
 - a) este direito prevalecerá enquanto a esposa permanecer em estado de viuvez.
- IX - concessão, permissão ou autorização de serviços públicos da competência municipal, respeitadas as normas desta Lei Orgânica e da Constituição da República;
- X - normas gerais de ordenação urbanística e regulamentos sobre ocupação e uso do espaço urbano, parcelamento do solo e edificações;
- XI - concessão e cassação de licença para abertura, localização, funcionamento e inspeção de

- estabelecimentos comerciais, industriais, prestacionais ou similares;
- XII - exploração dos serviços municipais de transporte coletivo de passageiros e critérios para fixação de tarifas a serem cobradas;
- XIII - critérios para permissão dos serviços de taxi e fixação de suas tarifas;
- XIV - autorização para aquisição de bens imóveis, salvo quando houver dotação orçamentária para esse fim destinada ou nos casos de doação sem encargos;
- XV - cessão ou permissão de uso de bens municipais e autorização para que os mesmos sejam gravados com ônus reais;
- XVI - plano de Desenvolvimento Urbano, obrigatório para Municípios com mais de vinte mil habitantes é facultativo para os demais, e modificações que nele possam ou devam ser introduzidas;
- XVII - feriados municipais, nos termos da legislação federal;
- XVIII - alienação de bens da administração direta, indireta e fundacional, vedada esta, em qualquer hipótese, nos últimos três meses do mandato do Prefeito;
- XIX - isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- XX - denominar e alterar a denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 33 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

- I - receber o compromisso dos vereadores, do prefeito e do Vice-prefeito de dar-lhes posse;
- II - eleger sua Mesa;
- III - elaborar o Regimento interno;
- IV - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
- V - propor a criação ou a extinção dos cargos e serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- VI - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VII - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de 15 dias, por necessidade do serviço;
- VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre parecer do Tribunal de Contas do Município no prazo máximo de sessenta (60) dias de seu recebimento, observando os seguintes preceitos:
- a) - o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;
- b) decorrido o prazo de sessenta (60) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do tribunal de contas;
- c) - rejeitadas as contas, serão estas imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;
- IX - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;
- X - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- XI - autorizar referendo e convocar plebiscito na forma da lei;
- XII - suspender, no todo ou em parte, a execução de leis ou atos normativos municipais declarados inconstitucionais por decisão do Tribunal de Justiça;
- XIII - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;
- XIV - proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não

apresentadas à Câmara, dentro de sessenta (60) dias após a abertura da sessão legislativa;

XV - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo município com a União, e Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais culturais;

XVI - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XVII - convocar o Prefeito e o Secretário do Município para esclarecimentos, apazando dia e hora para o comparecimento;

XVIII - deliberar sobre o adiantamento e a suspensão de suas reuniões;

XIX - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;

XX - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara;

XXI- solicitar intervenção do Estado no Município;

XXII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal.

XXIII- fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta.

Art. 34 - As Câmaras Municipais fixarão, até trinta dias antes da eleição municipal, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores, para vigorar na legislatura subsequente, entendendo-se prorrogadas as fixações existentes, se não estabelecidas do devido tempo observando o que dispõem os arts.37, XI, 150, II, 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

§ 1º - A remuneração do Prefeito Municipal não poderá ultrapassar, anualmente, vinte por cento da média da receita do município nos dois últimos anos, excluídas desta as resultantes operações de crédito a qualquer título e as auferidas pela administração indireta, inclusive pelas fundações e pelas autarquias.

§ 2º - Em nenhuma hipótese a remuneração do Prefeito poderá ser fixada em valor inferior a dez por cento da dos Deputados Estaduais, caso em que poderá ultrapassar o limite do parágrafo anterior.

§ 3º - A remuneração dos Vereadores terá como limite o mínimo cinco por cento dos Deputados Estaduais, e não poderá exceder a cinquenta por cento da do Prefeito Municipal, exceto nos municípios com mais de duzentos mil habitantes, caso em que ficará limitada a setenta por cento da remuneração dos Deputados estaduais, respeitado o disposto no art. 37, XI da Constituição da República.

§ 4º - Ao Vice-Prefeito poderá ser fixada representação que não exceda a do Prefeito e à qual fará jus o servidor estadual ou municipal investido no cargo.

§ 5º - Ao Presidente da Câmara poderá ser fixada representação que não exceda a cinquenta por cento de sua remuneração, limitada esta ao que perceber o Prefeito.

Art. 35 - Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Assembléia, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com as atribuições definidas no regimento interno, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

§ 1º - A comissão representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SESSÃO IV - DOS VEREADORES

Art. 36 - Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Aplicam-se à inviolabilidade dos Vereadores as regras contidas na Constituição do Estado relativas aos Deputados Estaduais.

§ 2º - Aplicam-se igualmente aos Vereadores as regras pertinentes às licenças e afastamentos, remunerados ou não, dos Deputados, inclusive quanto ao afastamento para exercício de cargos em comissão do Poder Executivo.

Art. 37 - É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observando o disposto no art. 19, I, IV, e V desta Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável "ad nutum"; salvo o cargo de Secretário Municipal, desde que se licencie do exercício do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 38 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar atentatório às instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandato para prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar a residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e VI, a perda será declarada pela mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 39 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

II - para tratar, sem remuneração de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município;
§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio doença ou de auxílio especial.

§ 3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias (30) e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º - Independente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º, o Vereador pode optar pela remuneração do mandato.

Art. 40 - Dar-se-á convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias (15), contados da data de convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o "quorum" em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO V - DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 41 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emendas Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - decretos legislativos; VI - resoluções.

Art. 42 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - do Prefeito Municipal.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no município.

Art. 43 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito a qualquer órgão a que tenha sido atribuído o esse direito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta e na Constituição da República.

Art. 44 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município; II - Código de Obras;

III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; IV - Código de Postura;

- V - Leis instituídas do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI- Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;
- VII- Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.

Art. 45 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

- I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e dos órgãos da administração Pública;
- IV - matéria orçamentária e a que autoriza a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Art. 46 - é da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham sobre:

- I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações da Câmara;
- II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.

Art.47 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até noventa dias (90) sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º - O prazo do § 1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 48 -Aprovado o projeto de Lei será este enviado ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - O Prefeito considerando o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados da data de recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral, de parágrafo, do inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do prefeito importará sanção.

§ 4º -Apreciação do veto pelo plenário da Câmara será, dentro de (30) trinta dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 3º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 48 desta Lei Orgânica.

§ 7º - A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de fazê-lo em igual prazo.

Art. 49 - As leis delegadas serão elaboradas pelo prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à lei complementar e os planos plurianuais e orçamentos não serão objeto de delegação.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de decreto legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara que fará em votação única vetada a apresentação de emenda.

Art. 50 - Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projeto de resolução final, a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 51 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI - DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 52 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em leis.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não havendo deliberação dentro desses prazos.

§ 3º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

§ 4º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município complementar essas contas, sem prejuízos de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 53 - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programa de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores; IV - verificar a execução dos contratos.

Art. 54 - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade,

nos termos da lei.

CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO SEÇÃO I - DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 55 - O poder Executivo municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Parágrafo Único - Aplicam-se á elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do art. 14 desta Lei Orgânica e a exigência de idade mínima de vinte e um anos.

Art. 56 - A eleição do prefeito e do vice-prefeito realizar-se-a simultaneamente, nos termos estabelecidos no art. 29 incisos I e II da Constituição Federal.

§ 1º - A eleição do prefeito importará à do vice-prefeito com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-seá nova eleição em até vinte (20) dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos. (apenas nos municípios com mais 200 mil eleitores).

§ 4º - Ocorrendo, antes de realizado o segundo turno, por morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º - Na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescendo, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação qualificar-se-a o mais idoso.

Art. 57 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse dia 1º de janeiro do ano subsequente á eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a lei orgânica, observar as leis da união, do Estado e do Município, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único - decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 58 - Substituirá o prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, na vaga, o vice-prefeito.

§ 1º - O vice-prefeito não poderá se recusar a substituir o prefeito, sob pena de perda de mandato.

§ 2º - O vice-prefeito, além de outras atribuições poderá ser convocado para missões especiais.

Art. 59 - Em caso de impedimento do prefeito e do vice-prefeito, ou vacância do cargo, assumirá administração municipal o presidente da câmara.

Parágrafo único - O Presidente da Câmara recusando-se por qualquer motivo, a assumir o cargo de prefeito, renunciará, incontinentemente, á sua função de dirigente de legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como presidente da Câmara, a chefia do poder executivo.

Art. 60 - Verificando-se a vacância do cargo de prefeito e inexistindo vice-prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição em noventa dias após a sua abertura cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores.

II - ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completa o período.

Art. 61 - O mandato de Prefeito é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1^o de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício de cargo, não poderá, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 dias, sob pena de perda de mandato.

Parágrafo único - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - a serviço ou emissão de representação do Município.

§ 1^o - A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do art. 34 desta Lei Orgânica, nos seus parágrafos 1^o e 2^o.

Art. 63 - Na ocasião da posse e no término, o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Parágrafo único - O Vice-Prefeito fará declaração de seus bens no momento que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo.

SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 64 - Ao Prefeito, como chefe administrativo, compete dar cumprimento as deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 65 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - representar o Município em juízo e fora dele;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V - decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VI - expedir, portarias e outros atos administrativos;

VII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;

VIII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros;

IX - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

X - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das autarquias;

XI - encaminhar à Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - prestar à Câmara, dentro de quinze (15) dias, as informações pela mesma solicitadas,

salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XV - prover os serviços e obras da administração pública;

XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação, da receita autorizada as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XVII - colocar á disposição da Câmara, até o dia vinte de cada mês, o duodécimo de sua dotação no art.165, §9º da Constituição da República.

XVIII- aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

XIX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe foram dirigidas;

XX - oficializar, obedecidas, as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XXI - convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XXII - aprovar projetos de edificação e planos de loteamentos e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIII - apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXIV - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exercer as verbas para tal destinadas;

XXV - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVI- providenciar sobre administração dos bens do Município, suas alienações, na forma da lei.

XXVII- organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos ás terras do Município;

XXVIII- desenvolver o sistema viário do Município;

XXIX - conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias do plano de distribuição, prévia eanualmente aprovado pela Câmara;

XXX - providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXI- ajuda de custo quando se refere as datas comemorativas: dia das mães; semana da criança; semana da comunidade; 07 de setembro e data em que se comemora o aniversário de Nova Veneza;

XXXII - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com as leis;

XXXIII - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento dos seus atos;

XXXIV - solicitar, obrigatoriamente, autorização á Câmara para ausentar-se do Município portempo superior a quinze (15) dias;

XXXV - adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXVI - publicar, até trinta (30) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária.

Art. 66 - O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XV e XXIV do art. 65

Art. 67 - É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função administrativa pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 76 da Constituição do Estado.

§ 1º - É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada.

§ 2º - O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias sob pena de perda do mandato.

§ 3º - A infringência ao disposto neste artigo e em seus § 1º importará em perda do mandato.

Art. 68 - As incompatibilidades declaradas no art. 67 e seus incisos e letras desta Lei Orgânica, estendem-se que sejam aplicáveis, ao prefeito e aos secretários municipais.

Art. 69 - São crimes de responsabilidade do prefeito os previstos em lei federal.

Parágrafo único - O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal e Justiça do Estado.

Art. 70 - São infrações político-administrativas do prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo único - O prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara Municipal.

Art. 71 - Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II- deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III- infringir as normas dos artigos 67 e 69 desta Lei Orgânica; IV - Perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

SEÇÃO IV - DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 72 - São auxiliares diretos do prefeito:

I- Os Secretários Municipais;

Parágrafo único - Os cargos são de livre nomeação e demissão do prefeito.

Art. 73 - A Lei municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 74 - São condições essenciais para a investidura no cargo de secretários:

I- ser brasileiro;

II- estar no exercício dos direitos políticos;

III- ser maior de dezoito anos;

IV - estar em dia com o serviço militar.

Art. 75 - Além das atribuições fixadas em lei, compete aos secretários:

I- subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II- expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III- apresentar ao prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas repartições;

IV - comparecer a Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelos Secretários;

§ 2º - A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

Art. 76 - Os Secretários são solidariamente responsáveis com o prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem, ou praticarem.

Art. 77 - Os auxiliares diretos do prefeito farão declaração de bens em cartório no ato da posse e no término do exercício do cargo.

SEÇÃO V - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Art. 78 - A administração pública direta e indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade de concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos em empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo prefeito;

XII - os vencimentos dos cargos do poder legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo poder executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 80, § 1º desta lei Orgânica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI, XII, 150, II, 153, § 2º I, da constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos exceto quando houver compatibilidade de horários;

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo poder público;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos na forma da lei;
XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX - depende da autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI- ressalvados os casos especificados na legislação as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante ao processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabelecem obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica-econômica indispensável á garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - A publicidade do atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

§ 2º -Anão observância de disposto nos incisos IIe IIIimplicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

§ 3º -As reclamações relativas á prestação de serviços públicos serão disciplinados em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, causarem a terceiros assegurando o direito de regressão contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 79 - Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II-vestido no mandato de Prefeito, será afastado de cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III-vestido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração de eletivo, e não havendo compatibilidade, será aplicada a norma de inciso anterior.

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO VI- DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 80 - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta das autarquias e das funções públicas.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos poderes executivos e legislativos ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas

á natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º -Aplica-se a esses servidores o disposto noArt. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXX, da constituição federal.

Art. 81 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em Lei, e proporcionais nos demais casos;

II-compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III-voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais.

b) aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e vinte e cinco se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos e proporcionais ao tempo de serviço;

§ 1º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso, III,a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º - O benefício de pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido por lei, observando o disposto no parágrafo anterior. § 6º - Pagamento de gratificação natalina aos aposentados e pensionistas municipais.

Art. 82 - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgada ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

SEÇÃO VII- DASEGURANÇAPÚBLICA

Art. 83 - O Município é constituído de Guarda Municipal, força auxiliar destinada á proteção de seus bens, serviços e instalações nos termos da lei complementar.

§ 1º - A investida nos cargos da Guarda Municipal, far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

TÍTULO III—DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 84 - A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de sua atribuição.

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do Município Classificam em:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;

II-empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levada a exercer, por força de contingência administrativa, podendo revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito;

III-sociedade de economia mista - a entidade de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para a exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração Indireta;

IV - fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º - A entidade de que trata o inciso IV do § 2º adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no registro Civil da Pessoa Jurídica, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO II-DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I-DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 85 - A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgãos da imprensa local ou regimental ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - A escolha órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem a distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 86 - O Prefeito fará publicar mensalmente por edital o movimento de caixa do mês anterior.

§ 1º - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II-DOS LIVROS

Art. 87 - O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticado.

SEÇÃO III–DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 88 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes da lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso dos bens municipais;
- h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- i) normas de efeitos externos, não privativo da lei;
- j) fixação e alteração de preços;

II- Portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeito individuais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - Contrato, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do art. 78, IX, desta Lei Orgânica;
- b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei. Parágrafo único - Os atos constantes dos itens II e III deste artigo, poderão ser delegados.

SEÇÃO IV - DAS PROIBIÇÕES

Art. 89 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguinidade até o segundo grau, ou adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis (6) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 90 - A pessoa jurídica em débito com a sistema de seguridade sociais, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o poder público municipal nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V - DAS CERTIDÕES

Art. 91 -A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze (15) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridos para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado pelo juiz. Parágrafo único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III-DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 92 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles utilizadas em seus serviços.

Art. 93 - Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade de chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 94 - Os bens patrimoniais do município deverão ser classificados:

I- pela sua natureza;

II-em relação a cada serviço;

Parágrafo único - deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 95 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II - quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.

Art. 96 - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público e entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitável para edificação, resultará de obra pública, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 97 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 98 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins, ou lagos públicos, salvo pequenos espaços destinados á venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 99 - O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º - A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do § 1º do art. 96, desta Lei Orgânica.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º -A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto.

Art. 100 - Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para o trabalho do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração dos bens cedidos.

Art. 101 - A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

CAPÍTULO IV - DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 102 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conviniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para a sua execução;

III- os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo. § 2º -As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e por terceiros, mediante licitação.

Art. 103 - A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos á regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequando ás necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidades com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla

publicidade, em jornais e rádio locais, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 104 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixados pelo Executivo, tendo-se em vista justa remuneração.

Art. 105 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada licitação, nos termos da lei.

Art. 106 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado e União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios.

CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

SEÇÃO I - DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 107 - São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 108 - São de competência do Município os impostos sobre:

I-propriedade predial e territorial urbana;

II-todo proprietário de mais de dois lotes no perímetro urbano que não esteja edificado e que não tenha benfeitorias estará sujeito a uma tributação progressiva;

III-transmissão inter vivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobreimóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

IV - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos exceto óleo diesel;

V - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado definidos na lei complementar previstos no art. 146 da Constituição Federal.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social.

§ 2º - O imposto previsto no inciso III não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salve se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos nos incisos III e IV.

Art. 109 - As taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis apresentados ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 110 - A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 111 - Sempre que possível os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente

para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio os rendimentos e as atividades econômicas de contribuinte.
Parágrafo único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 112 - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.

SEÇÃO II-DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 113 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos municipais, da participação em tributos da União, Estados dos recursos resultantes do fundo de participação dos municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e outros ingressos.

Art.114-Pertencem ao Município;

I – O produto da arrecadação de impostos da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais;

II-cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III-cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 115 - A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito, mediante edição de decreto.

Parágrafo único - As tarifas dos serviços deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 116 - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º-Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 117 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas de direitos financeiros.

Art. 118 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 119 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 120 - As disponibilidades de caixa do Município de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

SEÇÃO III - DO ORÇAMENTO

Art. 121 - A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimentos obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 2º - O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Art. 122 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, e ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, á qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e as apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimento e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara;

§ 1º - As emendas serão apresentadas na comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que indicam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida; ou III - sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 123 - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta e indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 124 - O Prefeito enviará á Câmara, no prazo consignado da lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do Município para p exercício seguinte.

§ 1º - O não cumprimento disposto no caput deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meio, tomando por base a lei ordinária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem á Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 125 - A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o

projeto de lei orçamentária, à sanção, será promulgada como Lei, pelo prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 126 - Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 127 - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária no que não contrariar o disposto nesta Seção, as regras do processo legislativo.

Art. 128 - O Município, para execução de projetos programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamento plurianuais de investimentos.

Parágrafo único -As dotação anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídos no orçamento de cada exercício para utilização do respectivo crédito.

Art. 129 - O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 130 - O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I -autorização para abertura de créditos suplementares;

II-contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 131 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II-a realização de despesas ou assunto de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III-a realização de operação de créditos que excedem o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se refere os arts.158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 156, desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, prevista no art.130, desta Lei Orgânica.

V - A abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa;

VII- a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir deficit de empresas fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art.12 desta Lei Orgânica;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

§ 1º - Nenhum investimento cujo execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou em lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que

forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - Abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

Art. 132 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 133 - Adespesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei Complementar.

Parágrafo único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelo órgão e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrente.

TÍTULO IV – DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 134 - O município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 135 - A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover justiça e solidariedade sociais.

Art. 136 - O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 137 - O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 138 - O Município assistirá os trabalhos rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem estar social;

§ 1º - A política agropecuária, fomento e estímulo a agricultura, levará em consideração os seguintes instrumentos:

- a) estradas vicinais
- b) assistência técnica e extensão rural
- c) incentivo à pesquisa e a tecnologia
- d) estímulo ao associativismo, especialmente o cooperativismo e associação comunitária.
- e) fomento da produção e organização do abastecimento alimentar
- f) apoio a comercialização/ infra-estrutura - armazenamento
- g) defesa integrada dos ecossistemas
- h) manutenção e proteção dos recursos hídricos
- i) uso e conservação do solo
- j) patrulha mecanizada com vista a programas de irrigação, drenagem, conservação do solo, microbacias hidrográficas e outros serviços pertinentes

l) educação alimentar, sanitária e habitacionais.

m) a fiscalização de que trata este artigo compreende o exame contábil e as perícias necessárias á apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

§ 2º - São isentas de impostos as respectivas Cooperativas.

Art. 139 - O Município manterá órgãos especializados, incubidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

§ único - a fiscalização de que trata este artigo, compreende o exame contábil e as perícias necessárias á apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 140 - O Município dispensará á microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidos em Lei Federal, tratamento jurídico diferenciados visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, providenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

CAPÍTULO II—DAPREVIDÊNCIAEASSISTÊNCIASOCIAL

Art. 141 - O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O plano de assistência social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 142 - Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na Lei Federal.

CAPÍTULO III—DASAÚDE

Art. 143 - Sempre que possível, o Município promoverá:

- a) formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;
- b) serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como com a iniciativa particular e filantrópica;
- c) combate ás moléstias específicas, contagiosas e infectocontagiosas;
- d) combate ao uso de tóxico e e) serviços de assistência á maternidade e á infância;

Parágrafo único - Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços da saúde que constituem um sistema único.

Art. 144 - A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal terá caráter obrigatório.

Parágrafo único - Constituirá exigência indispensável a apresentação, no ato de matrícula, de atestado de vacina contra moléstia infecto-contagiosas.

Art. 145 - O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos de

saneamento e urbanismo, na lei complementar federal.

CAPÍTULO IV - DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Art. 146 - O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º - Compete ao município suplementar a legislação federal e a estadual dispendo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras as seguintes medidas:

I-amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II-ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III-estímulo aos pais e às organizações para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação das crianças;

V - amparo as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

VI - colaboração com a união, com o estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 147 - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na constituição Federal.

§ 1º -Ao município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual dispendo sobre a cultura.

§ 2º - Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º - À administração municipal cabe, na forma da lei a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 4º -Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 148 - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria.

II-progressiva extensão da obrigatoriedade gratuita ao pré-escolar e ensino médio.

III-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção;

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência á escola.

Art. 149 - O Sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 150 - O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente nos níveis fundamental e pré-escolar

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios a educação física, esporte, promoção humanística, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

§ 4º - O Município terá uma secretaria de Desporto e Lazer;

a) para manutenção desta secretaria, será estabelecido uma alíquota deduzida do orçamento Municipal pelos poderes Executivos e Legislativos.

Art. 151 - O ensino é livre á iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I-cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II-autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes;

Art. 152 - Os recursos do Município serão destinados ás escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II-assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma de lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares de rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 153 - O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadoras e as colegiais terão prioridade no uso de estádios campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 154 - O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, social e moral á altura de suas funções.

Art. 155 - A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 156 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de

impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - O transporte dos estudantes para Goiânia será permanente e gratuito.

§ 2º - Os estudantes da zona rural têm direitos permanentes de transporte gratuito;

§ 3º - As escolas estaduais da zona urbana tem direito a iluminação externa, pátios e etc.

Art. 157 - É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso á cultura, á educação e á ciência.

CAPÍTULO V - DAPOLITICA URBANA

Art. 158 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende ás exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro;

Art. 159 - O direito á propriedade é inerente a natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1º - O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente, de:

I-parcelamento ou edificação compulsória;

II-imposto sobre propriedade predial e territorial;

III-desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 2º - Poderá também o Município organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas á formação de elementos áptos ás atividades agrícolas.

Art. 160 - São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 16I -Aquele que possuir como área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-Ihe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou á mulher, ou a ambos, independentes do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 162 - Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana o prédio ou terreno destinado á moradia do proprietário de pequenos recursos que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO VI- DO MEIOAMBIENTE

Art. 163 - Todos têm direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial á sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público municipal e á coletividade e dever defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público.

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II-preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas á pesquisa e manipulação de material genético;

III-definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através da lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, aqualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies, ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigada a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1º -Incumbe ao Município:

I - auscultar, permanentemente, a opinião pública; para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivos e legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II-adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III-facilitar, no interesse educacional do povo a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 2º - É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes á administração municipal.

Art. 3º - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 4º - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

§ único - Para os fins deste artigo, somente após um ano do falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou País.

Art. 5º - Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizado, porém pelo Município.

Art. 6º - Até a promulgação da lei complementar referida no art.121 desta Lei Orgânica, é vedado ao Município despender mais do que sessenta e cinco por cento do valor da receita corrente, limite este a ser alcançado no máximo, em cinco anos, á razão de um quinto por ano.

Art. 7º - Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto da Lei orçamentária anual, serão encaminhados á Câmara até quatro meses do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 8º - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Veneza, 05 deAbril de 1.990.

José Liz Stival Júnior - Presidente.

José Pedro Fernandes - Vice Presidente.

Tobias Rodrigues Sinqueira - Relator.

Wallace Nivaldo Stival- Relator.

Luiz Carlos Borges -1º - Secretário.

Antônio Miguel dos Santos - 2º Secretário.

José Luiz Pereira.

Vitalino Bizinoto

Waldomiro Stival Júnior.

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II-De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará a sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidindo o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III-Recebendo o processo, o Presidente da comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco

dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que instruírem para que, no prazo de dez dias apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará, desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

V - Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral;

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará a Justiça Eleitoral o resultado.

VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda, que sobre os mesmos fatos.

Artigo 71 - Extingue-se o mandato de Prefeito e, assim, deve ser declarado pelo presidente da Câmara de Vereadores, quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara dentro do prazo estabelecido em lei;

III - incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos na lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

"a" - A extinção do mandato independe de deliberação do Plenário e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo Presidente e sua inserção em Ata.

Artigo 30 - A presente Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Veneza, aos 05 de abril de 1.999.

VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA-GO 1997 a 2000

Amadeu Emiliano de Souza - Presidente Aderso do Nascimento

Expedita Maria de Souza

José Maria Miranda Rezende

Marinho José Alves

Rosalba Cristina de Almeida

Vitalino Bisinoto

Rubens Natal Otaviano

Wallace Nivaldo Stival

EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

EMENDA N°. 001/99

NOVA VENEZA, 06 DE ABRIL DE 1999 "Altera os Artigos 70 e 71 da Lei Orgânica do Município de Nova Veneza.

A Câmara Municipal de Nova Veneza aprovou, e a Mesa da Câmara Municipal de Nova Veneza, Estado de Goiás. Promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Artigo 70 - São infrações Politico-Administrativas dos prefeitos municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionados com a cassação do mandato:

I- Impedimento de funcionamento regular da Câmara;

II- Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III- Desatender, sem motivo justo às convocações ou os pedidos de informações da câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - Deixar de apresentar à Câmara no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI- Descumprimento de orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII- Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município, sujeitos a administração da Prefeitura;

IX - Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Parágrafo Primeiro: O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no caput deste artigo, obedecerá ao seguinte rito:

VI - Concluída a defesa, proceder-se-à a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denuncia. Considerar-se-à afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denuncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII- o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda, que sobre os mesmos fatos.

Artigo 71 - Extingue-se o mandato de Prefeito e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II-Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara dentro do prazo estabelecido em lei;

III-Incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

"a" - A extinção do mandato independe de deliberação do Plenário e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo Presidente e sua inserção em ata.

Artigo 3º - A presente Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Veneza, aos 05 de abril de 1.999

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL: Vereador José Maria Miranda Rezende, Presidente - Rubens Natal Otaviano, 1º Secretário - Amadeu Emiliano de Souza.

Publicado no Placar da Câmara, 02 de Abril de 2005. EMENDA Nº 002/2004.

Modifica o (os) artigo (s) da Lei Orgânica do Município de NOVA VENEZA, que cuidam dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros.

LUIZ ANTONIO STIVAL MILHOMENS, Presidente da Câmara Municipal de Nova Veneza, faz saber que a Câmara Municipal aprova e promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de NOVA VENEZA.

Art. 1º - O artigo 7º Item V com acréscimo dos parágrafos, §1º, §2º e §3º da Lei Orgânica do Município de NOVA VENEZA, promulgada em 05/04/1990, passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º Item V - O município disporá sobre as normas gerais de exploração dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros, regulado a forma de sua concessão de permissão e determinará os critérios para a fixação de tarifas de acordo com o disposto na Constituição Federal e Estadual.

§ 1º - Em virtude da instituição da Região Metropolitana de Goiânia, por meio de Lei Complementar Estadual nº 27 de 30/12/1999, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 30 de 09/12/2000 e pela Lei Complementar nº 34, de 03/10/2001, o Município de NOVA VENEZA, preservadas a sua autonomia e demais garantias constitucionais, exercerá os poderes, direitos, prerrogativas e obrigações do município no que respeitar os serviços públicos de transportes coletivos de passageiros, e por meio da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia.

§ 2º - O Município participará na forma da lei na qualidade de acionista dos atos societário e estatutário da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos CMTC, empresa pública

sob a forma de sociedade por ações, instituída no artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 34 de 03 de outubro de 2001.

§3º - Os serviços públicos de transportes coletivos de passageiros de competência do Município de NOVA VENEZA, para todos os fins e efeitos, integrarão a Rede Metropolitana de Transportes Coletivos - RMTC, instituída pelo artigo 1º da lei Complementar Estadual nº 34 de 03/10/2003, e terá sua organização, coordenação e fiscalização exercida pela Câmara Deliberativa de Transportes.

Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia - CDTC-RMG e pela Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos-CMTC.

Art. 2º - Está emenda à Lei Orgânica do Município de NOVA VENEZA, entra em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições em contrario.

Palácio Legislativo "Ovídio da Silva Veneziano", em 01 de Março de 2004.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL: Vereador Luiz Antonio Stival, Milhomens, Presidente - Rubens Natal Otaviano, 1º Secretário - Mouzar Baptista de Oliveira, 2º Secretário.

Publicado no Placarda Câmara, 02 de Março de 2004.

EMENDANº 003/2004.

NOVA VENEZA, 10 DE SETEMBRO DE 2004

"Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei Orgânica Municipal"

A Câmara Municipal de NOVA VENEZA aprova e promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - O art. 34 fica acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

§ 6º - Fica assegurado aos vereadores e agente político municipal a percepção do décimo terceiro salário.

Art. 2º - A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Palácio Legislativo Ovídio da Silva Veneziano, aos 21 dias do mês de setembro de 2004.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL: Vereador Luiz Antonio Stival, Milhomens, Presidente - Rubens Natal Otaviano, 1º Secretário - Mouzar Baptista de Oliveira, 2º Secretário.

Publicado no Placarda Câmara, 22 de Setembro de 2004.

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº. 004/2005.

NOVA VENEZA, 06 DE ABRIL DE 2005.

"Dá nova redação ao § 1º do art. 156 da Lei Orgânica do Município de Nova Veneza e dá outras providências"

ACÂMARAMUNICIPAL DE NOVA VENEZA, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, II, da Lei Orgânica Municipal, APROVA, e a Mesa Diretora, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional municipal:

Art. 1º - O Parágrafo do art. 156 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte alteração:

" Art .156

Parágrafo 1º - O transporte de estudantes do ensino fundamental, da rede pública municipal, para Goiânia ou outras localidades, quanto necessário, será necessariamente permanente e gratuito, em obediência ao que determina o art. 11, VI da Lei Federal n", 9.394/96".

Art. 2º - Esta Emenda a Lei Orgânica do Município, entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Legislativo "Ovídio da Silva Veneziano", Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Veneza - Estado de Goiás, aos 07 dias do mês de abril de 2005.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL: Vereador Andrey Mesquita de Melo, Presidente - Mauro Cesar Gonçalves Borges, 1º Secretário - Ítalo Carlos Peixoto, 2º Secretário.

Publicado no Placar da Câmara, 02 de Abril de 2005.

NOVA VENEZA, 15 de Novembro de 2012.

Rubens Natal Otaviano - Presidente

Carlos José da Silva Pinto - Vice-Presidente

Mauro Cesar Gonçalves Borges - 1º Secretário

Oliveiros Pires de Almeida - 2º Secretário

Sergio Aparecido Bandeira - Vereador

Fabio Alexandre Peixoto - Vereador

Marinho José Alves - Vereador

Moises Constantino - Vereador

Andrey Mesquita de Melo - Vereador

DELICIO PEDROSA DOS SANTOS - Diretor da Câmara

ELEUZA SEBASTIANA DE JESUS - Secretária de Gabinete

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-GO

EMENDA N. 005, DE 6 DE MARÇO DE 2017

"Dispõe sobre revisão da Lei Orgânica do Município de Nova Veneza-GO e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Nova Veneza, Estado de Goiás, aprovou e a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Veneza, Estado de Goiás, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º. A Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com as seguintes alterações, inclusões e supressões:

"Art. 7º.....

...

III - elaborar a lei de diretrizes orçamentarias, o orçamento anual e plurianual de investimento;

...

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programa de educação infantil e de ensino fundamental;

...

XI- atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental;

...

Art. 9º. O Município criará Sistema de Previdência Social para os seus servidores ou poderá vincular-se ao Regime Geral de Previdência Social, na forma do art. 201 da Constituição Federal.

...

Art. 12.....

...

IV - usar, ou consentir que se use, qualquer dos bens ou serviços municipais ou pertencentes à administração direta, indireta ou fundacional sobre seu controle, sem o interesse público e na forma da lei;

...

Art. 13.....

...

Parágrafo único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, a iniciar-se a 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

...

Art. 14.....

...

§ 2º. O número de vereadores na Câmara Municipal será proporcional à população do Município de Nova Veneza-GO, observados os limites estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

...

Art. 17. A sessão Legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e o projeto de lei orçamentária anual.

...

Art. 21. A câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

...

§ 3º. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais idoso dentre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

...

Art. 22.....

...

§ 3º. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, apurado em procedimento regular, a quem será assegurada ampla defesa, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

...

Art. 25-A. As comissões permanentes são as seguintes:

I – Constituição, Justiça e Redação;

II – Finanças e Orçamento;

III – Obras, Serviços Públicos e Atividades; e

IV – Educação, Saúde e Assistência Social.

...

27.....

...

Parágrafo único - A falta de comparecimento do Secretário Municipal, sem justificativa razoável, será considerado descaso à Câmara e, se o Secretário for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma legal e consequente cassação do mandato.

...

Art. 31.....

...

XI - encaminhar, para parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, as contas do Poder Legislativo.

...

Art. 32.....

...

II - empréstimos e operações e de crédito;

...

VIII – se algum vereador(a) vier a falecer em exercício, seu(a) cônjuge terá direito a pensão, na forma do regime previdenciário a que estiver vinculado.

...

XVI - Plano de Desenvolvimento Urbano;

...

XIX – isenções, anistias fiscais, remissão e perdão de dívidas;

...

Art.33.....

...

III - elaborar o Regimento Interno, dispondo especialmente sobre:

a) sua instalação e funcionamento;

b) posse de seus membros;

c) eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

d) número de reuniões mensais;

e) comissões;

f) deliberações;

g) todo e qualquer assunto de sua administração interna.

...

XV – autorizar o Poder Executivo a firmar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento com a União, o Estado, ou outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais e culturais sem fins lucrativos;

...

Art. 34. A Câmara Municipais fixará, até trinta dias antes das eleições municipais, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores, para vigorar na legislatura subsequente, entendendo-se prorrogadas as fixações existentes, se não estabelecidas no devido tempo, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 150, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

§ 1º. Os subsídios do Prefeito Municipal não poderão ultrapassar, anualmente, vinte por cento da média da receita do município nos dois últimos anos, excluídas desta as resultantes de operações de crédito a qualquer título e as auferidas pela administração indireta, inclusive pelas fundações e pelas autarquias.

§ 2º. Em nenhuma hipótese os subsídios do Prefeito poderão ser fixados em valor inferior a dez por cento do dos Deputados Estaduais, caso em que poderá ultrapassar o limite do parágrafo anterior.

§ 3º. Os subsídios dos Vereadores terá como limite mínimo cinco por cento da dos Deputados, e não poderá exceder a cinquenta por cento da do Prefeito Municipal, caso em que limitada a setenta por cento da remuneração dos Deputados Estaduais, respeitando o disposto no art. 34, XI da Constituição da República.

§ 4º. Ao Vice-Prefeito poderá ser fixado subsídio que não exceda o do Prefeito e ao qual fará jus o servidor estadual e municipal investido no cargo;

§ 5º. Ao Presidente da Câmara poderá ser fixado subsídio em valor diferenciado do subsídio do Vereador, limitado este ao que perceber o Prefeito.

§ 6º. Os vereadores terão direito a percepção de décimo terceiro salário,

conforme dispuser a lei.

...

Art. 39.....

...

§ 2º. O Vereador licenciado nos termos do incisos I e II, perceberá auxílio doença ou auxílio especial, na forma do regime previdenciário a que estiver vinculado.

...

Art. 48.....

§ 1º. O Prefeito considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de (15) quinze dias úteis, contados do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara Municipal as razões do veto.

...

§ 3º. Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do prefeito importará sanção.

...

§ 6º. Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata a art. 48 desta Lei Orgânica.

...

Art. 52. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em leis.

§ 1º. O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do município, o desempenho das funções de auditorias financeiras, orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

...

Art. 58.....

...

§ 2º. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas

nesta Lei Orgânica auxiliará o Prefeito, quando for convocado para missões especiais, e poderá, sem perda de mandato e mediante autorização da Câmara, aceitar e exercer cargo ou função de confiança municipal, estadual ou federal.

...

Art. 59.....

§ 1º. O Presidente de Câmara, recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinenter, à sua função de dirigente do legislativo ensejando, assim, a assunção do Vice-Presidente.

§ 2º. A recusa ou impedimento do Vice-Presidente em assumir a chefia do Legislativo implicará, automaticamente, a renúncia ao cargo.

§ 3º. Nos casos dos §§ 1º e 2º, será realizada nova eleição para os cargos vagos na Mesa Diretora, no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, convocados oficialmente os membros da Câmara.

...

Art. 61. O mandato de prefeito é de quatro anos e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição, permitida a reeleição para um único período subsequente.

Art. 62.....

...

§ 2º. O Prefeito regularmente licenciado por motivo de doença perceberá auxílio doença ou auxílio especial, na forma do regime previdenciário a que estiver vinculado.

§ 3º. O Prefeito regularmente licenciado e a serviço ou em missão de representação do Município terá direito a perceber remuneração.

...

Art. 65.....

...

X - enviar a Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual do Município e das autarquias;

XI- encaminhar á Câmara, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do início dos trabalhos legislativos, a prestação de contas anual do exercício findo;

...

XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

...

XXXVII – publicar, até trinta (30) dias após o encerramento de cada quadrimestre, o Relatório de Gestão Fiscal.

...

Art. 68. As incompatibilidades declaradas no art. anterior e seus §§, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais.

...

Art. 69.....

Parágrafo único - O Prefeito será julgado pela prática de crimes comuns, perante o Tribunal e Justiça do Estado.

Art. 70. São infrações político-administrativas do Prefeito, são as previstas na legislação federal, sujeitas a julgamento pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Somente pelo voto de dois terços de seus membros, poderá a Câmara Municipal decretar a perda do mandato do Prefeito ou do Vice-Prefeito.

...

Art. 78. A administração pública direta e indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, também, ao seguinte:

...

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, do art. 37 da CF/88 :

a) a de dois cargos de professor;

d)a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

e)a de dois cargos privativos de médico.

...

Art. 80. O Município instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional, preservando os direitos já adquiridos.

...

Art. 80-A. São direitos dos servidores públicos do Município, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – percepção de vencimento básico nunca inferior ao salário mínimo fixado em lei, nos termos do art. 7º da Constituição Federal, mesmo para os que percebem remunerações variáveis;

II – irredutibilidade dos vencimentos ou dos proventos;

III – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IV – remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

V – salário família para os seus dependentes;

VI – remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo em cinquenta por cento a do normal;

VII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro semanais;

VIII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IX – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos um terço a mais do que a remuneração normal do mês;

X – licença à gestante ou à mãe adotiva de criança de até um ano de idade, sem prejuízo do emprego e da remuneração, com a duração de cento e vinte dias;

XI – licença paternidade, nos termos da Constituição Federal;

XII – intervalo de trinta minutos para amamentação do filho de até seis meses de idade, a cada três horas ininterruptas de trabalho;

XIII – proteção do mercado de trabalho para a mulher, mediante a oferta de creches e incentivos específicos;

XIV – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XV – adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XVI – aposentadoria;

XVII – proibição de diferença de remuneração, no exercício de funções e de critérios de admissão por motivos étnicos, religiosos, ideológicos, de sexo, de idade, cor, estado civil ou deficiência física;

XVIII – reciclagem com cursos de formação e profissionalização sem discriminação de sexo em qualquer área ou setor;

XIX - É assegurado ao servidor municipal o direito de licença para o desempenho de mandato executivo em entidades sindicais e associações classistas da categoria, com remuneração, vantagens e benefícios como se em exercício do cargo estivesse, garantido o seu retorno à mesma função ao término do mandato.

XX – revisão geral anual de seus vencimentos em percentual e periodicidade definidos em lei;

Parágrafo único. aplicam-se aos servidores públicos municipais as normas dos incisos XXI e XXIX, alínea “a”, XXXII e XXXIV do art. 7º Constituição Federal.

...

Art. 81. O servidor será aposentado nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O servidor que satisfizer as exigências deste artigo, será aposentado com o vencimento ou salário do cargo ou emprego efetivo, acrescido de todas as vantagens previstas em lei ou resolução.

Art. 82. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

...

Art. 84.....

§ 1º. Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa do Município se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

...

Art. 89. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguinidade até o segundo grau, ou adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis (6) meses após findas as respectivas funções.

...

Art. 91.....

Parágrafo único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário de Governo da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

...

Art. 95.....

...

II – quando móveis, dependerá apenas de licitação, dispensará esta nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo

Parágrafo único. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

...

Art. 109.....

...

Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

...

Art. 114.....

...

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município, e será integral integral em caso de adesão do Município, mediante convênio com a União, em conformidade com as regras estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

...

V – vinte e cinco por cento do que for arrecadado pelo Estado nos termos do artigo 106, inciso V da Constituição do Estado de Goiás, referente ao “Fundo de Compensação das Exportações”.

...

Art. 121. A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e plurianual de investimentos e da lei de diretrizes orçamentárias, obedecerá às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta lei Orgânica.

...

Art. 131.....

...

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se refere os arts.158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 156, desta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, prevista no art.130, desta Lei Orgânica, e ainda, à destinação de quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, nas ações e serviços públicos de saúde.

...

Art. 143. O Município prestará, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de assistência à saúde da população e sempre que possível, o Município promoverá:

...

Art. 143-A. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Municipal, dispor nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, nos limites de sua competência, cabendo a execução ser feita, preferencialmente, através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviço de terceiros.

Art. 143-B. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Parágrafo único. As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema unificado de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.

Art. 143-C. O dever do Município, garantido por adequada política social e econômica, não exclui o do indivíduo, o da família, o da sociedade e o das instituições e empresas que produzem riscos e danos à saúde do indivíduo ou da coletividade.

Art. 143-D. De maneira suplementar, o Município deverá colaborar com o Estado no controle, fiscalização e inspeção de produtos e substâncias que compõem medicamentos, alimentos, bebidas e outros de interesse para a saúde.

Art. 143-E. O Município aplicará no mínimo, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, nas ações e serviços públicos de saúde.

...

Art. 148.....

...

II - progressiva extensão da obrigatoriedade gratuita á educação infantil e ensino médio.

...

IV - atendimento em creche e educação infantil às crianças de zero a seis anos de idade;

...

Art. 150. O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente nos níveis fundamental e na educação infantil.

...

§ 4º. O Município terá um Departamento de Esporte e Lazer.

Art. 2º. Ficam revogados os seguintes dispositivos: inciso III, do art. 30; letra “a”, do inciso VIII, do art. 32; letras “b” e “c”, do inciso VIII, do art. 33; art. 35 e seu § 1º; § 3º do art. 39; inciso I, do art. 46; § 2º do art. 52; §§ 3º, 4º e 5º do art. 56; Parágrafo único do art. 70; § 2º do art. 75; §§ 1º e 2º do art. 80; §§, incisos e alíneas do art. 81; §§ 1º, 2º e 3º do art. 82; art. 87 e seus §§; art. 88 e seus incisos e alíneas; art. 108 e seus incisos e §§; art. 111; § 1º, do art. 150; e alínea “a” do § 4º, do art. 150.

Art. 3º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Veneza, Estado de Goiás, aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL: Vereador Weber Balduino dos Santos, Presidente – Dirceu Roquini Correa, 1º Secretário – Edson Camargo Moreira, 2º Secretário.

Publicado no Placar da Câmara, 20 de Abril de 2017.

NOVA VENEZA, 20 de abril de 2017.

Weber Balduino dos Santos	- Presidente
Joaquim Emiliano de Souza	- Vice Presidente
Dirceu Roquini Correa	- 1º Secretário
Edson Camargo Moreira	- 2º Secretário
Haroldo Braz Resende	- Vereador
Maria Nilva Souza da Conceição	- Vereadora
Matheus de Oliveira Pires	- Vereador
Reginaldo Tavares Canto	- Vereador
Walter Simão	- Vereador